REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16393

MULHERES E O MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISE DE CONJUNTURA E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

WOMEN AND THE WORLD OF WORK: ANALYSIS OF THE SITUATION AND NEED FOR PUBLIC POLICIES FOR GENDER EQUALITY

LA MUJER Y EL MUNDO DEL TRABAJO: ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN Y NECESIDAD DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO

Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano
Instituto Federal de Goiás – Campus Águas Lindas de Goiás
daisycaetano@hotmail.com

Lucinéia Scremin Martins
Universidade Federal de Goiás (UFG)
luascremin@ufg.br

Resumo

Em épocas de crises de qualquer ordem os direitos conquistados pelas mulheres são mais atacados com tendência a retrocessos. No Brasil as mulheres seguem mobilizadas e vigilantes para a manutenção e avanço dos direitos, mas após o golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016 a situação tem piorado. A diminuição de políticas públicas e o avanço do discurso machista na sociedade gerou o aumento da violência contra a mulher. Ao mesmo tempo ocorre o aprofundamento da divisão social do trabalho que mantém as mulheres, sobretudo as negras, com os piores salários e condições de trabalho, sem garantias para os direitos reprodutivos e para a maternidade saudável e sem possibilidades de uma vida plena. Pelo prisma geográfico contribuímos pensando a necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Mundo do Trabalho; Mulheres; Trabalho doméstico; Políticas Públicas.

Abstract

In times of crisis of any nature, the rights conquered by women are more attacked with a tendency to setbacks. In Brazil, women are still mobilized and vigilant for the maintenance and advancement of rights, but after the 2016 legal-media-parliamentary coup, the situation worsened. The decrease in public policies and the advance of the sexist discourse in society have generated an increase in violence against women. At the same time, there is a deepening of the social division of labor that keeps women, especially black women, with the worst wages and working conditions, without guarantees of reproductive rights and healthy motherhood and without the possibility of a full life. From a geographical point of view, we contributed by thinking about the need for public policies for gender equality.

Keywords: Gender; World of work; Women; Housework; Public policy.

Resumen

En tiempos de crisis de cualquier tipo, los derechos conquistados por las mujeres son más atacados con tendencia a los retrocesos. En Brasil, las mujeres siguen movilizadas y vigilantes por el mantenimiento y avance de los derechos, pero tras el golpe de estado legal-mediático-parlamentario de 2016, la situación empeoró. La disminución de las políticas públicas y el avance del discurso sexista en la sociedad generó un aumento de la violencia contra las mujeres. Mientras tanto, se profundiza la división social del trabajo que mantiene a las mujeres, especialmente a las negras, con los peores salarios y condiciones de trabajo, sin garantías para los derechos reproductivos y una maternidad saludable y sin posibilidad de una vida plena. Desde una perspectiva geográfica, contribuimos pensando en la necesidad de políticas públicas para la igualdad de género.

Palabras llave: Género; Mundo de trabajo; Mujeres; Trabajo doméstico; Políticas públicas.

Introdução

"Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados". Esta formulação da filósofa feminista Simone de Beauvoir é certeira. Como grupo não dominante, é preciso que as mulheres sempre estejam vigilantes para não perder direitos. Em momentos de crise - econômica e política, por exemplo -, como o que vivemos no Brasil, os grupos que não representam o modelo hegemônico de poder, como as mulheres, são os mais atacados para a perda de direitos que pareciam definitivos. A Geografia, como ciência que contribui para a leitura da conjuntura, é capaz de mirar os territórios e perceber como as condições de opressão e desvalorização das mulheres se aprofundaram nos últimos anos, sobretudo a partir de 2016, desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar que, não por acaso, depôs uma mulher que ocupava a presidência após ser democraticamente eleita para tal.

O golpe dado por meio do impeachment contra a Presidenta Dilma Roussef, a primeira mulher a ocupar a chefia do Poder Executivo no Brasil carregou elementos de misoginia, e o desenrolar do processo foi inundado por machismo. Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018) organizaram o livro "O golpe na perspectiva de gênero", que apresenta análises de diversas mulheres acerca do golpe. Márcia Tiburi (2018, p.107) resume: "Ela foi barrada do lugar ao qual chegou pelo voto que instaura a vontade popular democrática e soberana. Lugar, diga-se de passagem, de mulher que foi eleita".

O dia 31 de agosto de 2016 foi derradeiro para Dilma Roussef, quando o Senado Federal aprovou por 61 votos a 20 a sua injusta deposição. O que ocorreu naquele momento não se resume ao impeachment, embora este seja emblemático para a onda reacionária que, podemos dizer, começa a ganhar força a partir de quando se infiltra nos movimentos populares de junho de 2013. E Dilma, em sua saída, alerta:

> Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. […] Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar. (G1, 2016)

O golpe de 2016 fortaleceu o reacionarismo e, aqueles que o fomentaram, mostraram sua face antidemocrática nos anos que vieram. Sindicatos e movimentos sociais foram ainda mais atacados. As reformas aprovadas retiraram direitos da classe trabalhadora. A fome do povo se multiplicou e estampou o país, sendo que a população em situação de rua cresceu exorbitantemente. E, ao mesmo tempo, as opressões racistas, machistas e contra a população LGBTQI+ ganharam novamente espaço na sociedade sendo o presidente do país o legítimo expoente da cultura do ódio.

No entanto, há esperança, aquela esperança que nos foi ensinada por Paulo Freire (2013), nosso Patrono da Educação. E, como afirmou Dilma, pela ação das mulheres trabalhadoras a igualdade de gênero é um horizonte a ser perseguido sem que seja dado nenhum passo atrás. Nesta perspectiva mergulhamos na práxis para propor políticas públicas na expectativa de um novo amanhã em que o fascismo não esteja à mesa do poder e que a misoginia não seja um prato servido para degustação dos poderosos antidemocráticos ou para sua plateia sedenta de ódio, falácias e perversão.

Para as mulheres trabalhadoras a garantia de direitos é inerente a possibilidade de conseguir viver. Com os menores salários, a fome tem gênero e segue crescendo nos últimos dois anos, sendo que "as casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%". E a fome também tem cor, uma vez que nas casas chefiadas por pessoas negras a insegurança alimentar é mais presente, sendo que no intervalo de dois anos entre os Inquéritos da Rede PENSSAN, "a fome saltou de 10,4% para 18,1% entre os lares comandados por pretos e pardos". Estes dados da atual conjuntura reforçam o que já é sabido, a maior vulnerabilidade das mulheres negras na sociedade. Mesmo sendo elas quem mais sempre trabalharam na história de formação deste país, seguem expostas ao risco da fome pela qual o Estado precisa se responsabilizar.

Para tratar das mulheres, apresentamos nossa opção por fomentar uma Geografia classista que consegue perceber como o conceito de gênero é relevante para análise do espaço e, posteriormente, para a proposição de políticas públicas para a igualdade. Como o nosso percurso é marcado pela vida e consciência de classe, o conjunto teórico que subsidia esta tarefa se coloca a favor das mulheres trabalhadoras e em uma perspectiva anticapitalista e revolucionária.

Em alguns momentos os termos sexo e gênero podem se confundir, no entanto no decorrer deste trabalho utilizamos o conceito de gênero. Mathieu (2009) explica que o sexo se refere ao biológico e o gênero se refere ao social. Isso significa não sobrevalorizar a diferenciação biológica, mas sim a construção social e a identidade de gênero das pessoas. Assim, levamos em consideração o gênero enquanto categoria, construído como identidade.

Desta forma, a perspectiva feminista sem olhar classista não nos move, já que poucas mulheres ocupando espaços de destaque e poder não mudam a base da sociedade. Não há que se aceitar retrocesso na luta por igualdade de gênero, mas tampouco há falsas ilusões de que todas as mulheres, somente por esta condição, estão interessadas em alterar o lugar de opressão em que as mulheres trabalhadoras estão

colocadas. Em tempos eleitorais é preciso burilar o olhar para não cair em engodo. A feminista negra Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal em 1982 ao ser perguntada sobre o slogan "mulher vota em mulher" foi enfática ao responder:

> Esse papo é tão furado quanto aquele de "negro vota em negro': e ambos se diferenciam daquele que afirma que "trabalhador vota em trabalhador". Enquanto esse último tem sua coerência apoiada justamente na denúncia da exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. Os outros dois escamoteiam essa questão. Afinal, existem mulheres e negros que pertencem e/ou fazem o jogo da classe dominante, buscando perpetuar os privilégios dela e, ao mesmo tempo, participar desses privilégios. (GONZALEZ, 1982)

Concordando com Lélia Gonzalez reconhecemos a importância de que vozes dissonantes – mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQI+ ocupem espaços na política institucional e promovam políticas públicas, sem nos esquecer de que o projeto de uma sociedade justa e amorosa deve estar em primeiro lugar, pois de nada adianta chegar à institucionalidade se for para se alinhar com aqueles que odeiam a diferença, exaltam a desigualdade e destilam ódio.

A condição de mulher trabalhadora e os marcadores sociais da diferença

Rosa Luxemburgo (2019), que tinha o método de Marx como ferramenta (FROLICH, 2019), refutou o reformismo de Bernstein e defendeu que o socialismo seria real só por meio da revolução que desmoronará o capitalismo. Como Rosa e como Alexandra, procuramos viver a realidade por meio dos ensinamentos marxistas, legado de Marx e Engels. José Paulo Netto (2011, p.22) explica o método adotado por nós: "numa palavra: método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto". Desta forma, não reconhecemos os estudos de gênero como apartados das discussões de classe.

Neste diálogo Alexandra Kolontai (2011, p.35) demonstra como a condição de mulher e trabalhadora é determinante para que as oportunidades de trabalho existam ou não:

> - Venho vê-la porque não sei onde refugiar-me... Há três semanas que estou sem moradia... Não disponho de dinheiro para viver... Dê-me trabalho! Pois, do contrário, não me resta mais que um recurso: a prostituição.
> - Se me recordo bem, você teve uma colocação, trabalhou. Despediram-na?

> - Sim. Trabalhei na expedição. Perdi o emprego há dois meses... Por causa do menino, que caíra enfermo. Não tive outro remédio senão faltar ao trabalho. Três vezes foi adiada a dispensa a meu pedido; porém, em agosto despediram-me definitivamente. Duas semanas depois morreu o neném. Mas não quiseram me readmitir.
> Abaixa a cabeça. As longas pestanas ocultam seus olhos. Talvez escondam alguma lágrima.
> - Mas por que despediram você? Seu trabalho não satisfazia?
> - Ao contrário, sou boa operária [...]

A condição de mulher coloca estas pessoas em situação de vulnerabilidade até mesmo quando da necessidade de servir ao capitalismo a fim de vender sua própria mão de obra. E sendo mãe, as dificuldades se agravam, já que não há garantias para que uma mulher possa exercer a maternidade com leveza ou para que as crianças sejam uma responsabilidade coletiva. Diante do brado machista e egoísta de "quem pariu Mateus que o embale" a mulher mãe da classe trabalhadora se vê acuada diante de suas necessidades e desejos.

Os estudos de gênero abrem caminhos para o entendimento das diferenças no mundo do trabalho. Sabe-se que a divisão sexual do trabalho subsidia o capitalismo, explora as mulheres em jornadas duplas ou triplas de trabalho e cria guetos ocupacionais. Além disso, as profissões com os menores salários são mais ocupadas por mulheres, como por exemplo, as ocupações ligadas aos serviços domésticos.

Outra característica inerente à divisão sexual do trabalho é a predominância de mulheres em todas as atividades que remetem ao cuidado. Este fato perpassa diversas profissões, desde as que exigem pouca ou nenhuma capacitação, até aquelas em que é exigida formação em nível de graduação. Poderíamos ainda citar as especializações dentro de profissões. Por exemplo, a Medicina não é uma área de trabalho feminizada, no entanto a atuação em Pediatria, seja por especialização ou residência em Pediatria, é marcada por maioria de mulheres, conforme apontam Scheffer e Cassenote (2013, p.272):

> [...] entre as especialidades [na medicina], há importantes diferenças de gênero [...] Entre as 53 especialidades oficialmente reconhecidas, 13 são exercidas majoritariamente por mulheres. Nas outras 40 os homens predominam. As mulheres são maioria em cinco das seis especialidades consideradas básicas: Pediatria (70,0%), Ginecologia e Obstetrícia (51,5%), Clínica Médica (54,2%), Medicina de Família e Comunidade (54,2%) e Medicina Preventiva (50,3%). O contingente feminino também é maior em Endocrinologia e Metabologia, Genética Médica, Hematologia e Hemoterapia, Homeopatia, Infectologia e Patologia. Entretanto, as mulheres estão em menor quantidade na Cirurgia Geral, com apenas 16,2%. [...] A especialidade cirúrgica com maior presença de mulheres, na qual representam 32,5%, é a Cirurgia Pediátrica.

Uma vez que a Pediatria se relaciona com a saúde das crianças, temos que é simbólico o grande contingente de médicas que optam por atuarem nesta área, tendo em vista a relação social existente en-

tre cuidados maternos e mulheres na sociedade, que sobrecarrega mulheres com cuidados de crianças, como se esta fosse uma obrigação naturalmente atribuída a mulheres.

Outra característica já conhecida é o fato de que à medida que as ocupações se precarizam elas se feminizam. Um exemplo elucidativo desta afirmação é uma pesquisa feita anteriormente, acerca da docência no ensino básico (CAETANO, 2014). Quando destacamos que as mulheres exercem o trabalho ligado ao cuidado, com uma frequência muito maior comparativamente aos homens, estamos nos referindo à atuação delas tanto no espaço reprodutivo quanto no espaço produtivo, aludimos ao trabalho remunerado e também ao não remunerado. Diversas pesquisadoras já analisaram estas situações a partir de inúmeras perspectivas, propondo soluções que possuem aproximações e distanciamentos entre si, a depender do caminho teórico e de método adotado por cada uma delas.

O livro "Cuidado e Cuidadores", organizado por Nadya Guimarães e Helena Hirata (2012), apresenta diversas pesquisas sobre o trabalho de cuidado em suas diversas formas: cuidados de crianças pelas babás, cuidados com a casa realizados por trabalhadoras domésticas, e cuidados de pessoas idosas e com deficiências. Estes trabalhos são denominados como "care" em diversos estudos sociológicos, que apresentam essa expressão, advinda da língua inglesa; os quais também podem ser denominados de trabalho de proximidade. Um estudo importante de "care" é a pesquisa comparativa entre Brasil, França e Japão, desenvolvida por Nadya Guimarães; Helena Hirata; Kurumi Sugita (2011), referente ao trabalho do "care" envolvendo as cuidadoras de pessoas idosas, uma a atividade feminizada, e isto "remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (habitus) femininas" (2011, p.8).

Marta Valeriano, Tania Tosta e Jordão Horta Nunes (2021) realizaram pesquisa que dialoga com a vivência das trabalhadoras domésticas as quais realizam tarefas domésticas de forma remunerada e não remunerada, na casa de contratantes e nas próprias casas, respectivamente, dentre outras pesquisas que abarcam o trabalho de cuidado.

Trazemos algumas ideias de autoras feministas que pesquisaram sobre as nuances de trabalho, gênero e raça. Como Helena Hirata (2014), apresentamos nossas concordâncias e discordâncias com tais pesquisas, de acordo com nossa posição "situada", termo utilizado pela pesquisadora. No nosso caso esta posição diz respeito à nossa classe e a nossa esperança revolucionária para alterar a ordem capitalista, patriarcal, racista e capacitista do mundo, entendendo como as relações sociais são influenciadas por estas e outras questões.

Sabemos que as profissões vinculadas ao cuidado e ao trabalho reprodutivo são exercidas majoritariamente por mulheres. Mas a análise científica consegue captar sutilezas destes dados com maestria vinculando marcadores sociais e conjunturas político-econômicas regionais que podem causar mais ou menos alterações nestes cenários. Por isso, não nos esquecemos de que no capitalismo sempre há de existir um exército industrial de reserva. Os marcadores sociais são determinantes para a presença deste "exército" que insere e/ou retira mulheres, pessoas negras e com deficiência do mundo do trabalho for-

mal e informal, ao bel prazer do capitalismo, em suas crises de ascenso e descenso.

Refletindo sobre segregação ocupacional e desvalorização do trabalho reprodutivo, Mignon Duffy (2007) apresenta análises de gênero e raça, além de perscrutar cultural e estruturalmente as profissões mais desvalorizadas. Duffy problematiza o que é trabalho reprodutivo, apresentando essa definição como importante para a análise das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Investigando a posição social do trabalho reprodutivo e das tarefas que o envolvem é que ela ressalta a desvalorização dos serviços de limpeza, cozinha e babá, assim como de outros "trabalhos de mulher", no mercado do trabalho remunerado. A autora alerta ainda que quando o gênero é analisado de forma isolada, aspectos de desigualdades – como raça e classe – podem ficar em segundo plano. Partindo deste alerta, nos debruçamos na análise de dados mais específicos de gênero para efeito dessa pesquisa, mas sabendo que não podemos perder de vista outros marcadores sociais importantes. Precisamos dialogar com as feministas negras que ressaltam a importância de manter o trabalho reprodutivo no centro da discussão, por exemplo, apresentando críticas ao feminismo branco e de classe média, que não mira nem as questões da classe trabalhadora nem as especificidades das mulheres negras.

Sobre esta questão, podemos nos atentar aos estudos de bell hooks (2015, p. 202) que apresentou justas críticas ao feminismo branco, o qual não contemplou a existência de mulheres negras e oprimidas:

> Resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades. Minha crítica persistente foi construída por minha condição de membro de um grupo oprimido, por minha experiência com a exploração e a discriminação sexistas e pela sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou minha consciência feminista. Isso se aplica a muitas mulheres. Há mulheres brancas que nunca tinham cogitado resistir à dominação masculina até o movimento feminista criar uma consciência de que elas poderiam e deveriam. Minha consciência da luta feminista foi estimulada pela circunstância social.

Ao se proclamar feminista, bell hooks aponta críticas e fala da justa necessidade de que o feminismo (ou os feminismos) sejam reinventados, questionados em si mesmos e reconstruídos em prol da luta da igualdade para todas as mulheres. O feminismo deve servir não somente para aquelas que, estando em um lugar cômodo socialmente, não percebem a necessidade de se movimentarem, mas também para aquelas que querem lutar por suas liberdades, mas que, nesse movimento, oprimem as demais mulheres que carregam outros marcadores sociais, como classe, raça, deficiência, nacionalidade, etc.

Mignon Duffy (2007) aborda a importância de se trabalhar com raça e classe no feminismo, abrangendo as mulheres negras, as mulheres imigrantes e as mulheres pobres trabalhadoras, sendo que é o trabalho reprodutivo a principal atividade remunerada para muitas destas mulheres. A autora realizou pesquisa usando dados do recenseamento dos Estados Unidos de 1900 a 2000, apresentando a imigração

também como um marcador social. Os resultados demonstraram que o trabalho reprodutivo remunerado passou a ser realizado tanto por homens de diversas origens étnico-raciais, quanto por mulheres de diversas origens étnico-raciais. Este componente desafia a compreensão de raça e gênero para analisar as desigualdades do mercado de trabalho. Ela ainda trata da transformação do trabalho reprodutivo, levantando a diferença entre o trabalho reprodutivo no espaço privado (residências) e no espaço público (instituições), pois enquanto o trabalho doméstico no espaço privado é praticamente todo exercido por mulheres, o trabalho no espaço público está apresentando uma leve segregação de sexo. Esta segregação se expressa nos marcadores de gênero e raça.

A respeito do trabalho doméstico e imigração, Jurema Brites (2013) apresenta dados que expressam transformações do trabalho doméstico remunerado, já que há um crescente número de diaristas. Quanto à questão de migração Brites trata dos cenários de migrações internacionais, com mulheres latinoamericanas, caribenhas, asiáticas e do leste europeu que vão para a Europa e Estados Unidos trabalhar na atividade doméstica remunerada, uma atividade que oferta muitas vagas a migrantes.

Atualmente a migração de brasileiros e brasileiras para o exterior está em ascensão e tem sido noticiada em larga escala pelos veículos de comunicação. Em meio a este contingente há milhares de brasileiras que vão exercer trabalho doméstico sob a alegação de que o trabalho é mais valorizado no exterior. Esta alegação pode ser interpretada em dois sentidos: o de que supostamente não há discriminação pelo tipo do trabalho, o que ocorre de forma escancarada no Brasil considerando o passado escravagista; e o de que a remuneração alcançada garante acesso ao consumo de forma satisfatória. O aplicativo Tik Tok tem sido um revelador de realidade das condições destas mulheres e de sua vida no exterior, rendendo diversas reflexões sobre as dificuldades e facilidades da vida de brasileiras que estão em outros países se dedicando ao trabalho doméstico. Há que se destacar que este tema merece pesquisas, mas que nesse caso a indicação é de que são mulheres mais jovens do que a média de mulheres que exercem trabalho doméstico no Brasil e que boa parte delas tiveram acesso à escolarização, chegando inclusive ao ensino superior, dado que talvez impulsione a busca pela possibilidade de consumo.

Voltando à realidade brasileira, Brites (2013) também destaca que o trabalho doméstico exercido de forma remunerada ainda apresenta desigualdades de gênero, classe, étnicas e raciais e de ordem geográfica, sendo que o perfil da empregada doméstica naquele contexto era de mulheres negras, com mais de 40 anos e de baixa escolaridade. Apresenta o crescimento de pesquisas acadêmicas que abordam o trabalho doméstico remunerado e a organização sindical que, apesar das dificuldades e da baixa filiação, encontra-se organizada, obtendo vitórias, principalmente se aliado aos movimentos feministas e negros.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, organizados pelo DIEESE (2021) mostram que em 2021as mulheres representaram 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 65% eram negras, sendo que o maior grupo é de mulheres entre 45 a 59 anos, representando 39%, ao passo que o grupo de 30 a 44 anos representa 36% do total. A PNAD Contínua 2021 também demonstra um baixo rendimento médio mensal, sendo que média nacional caiu de R$ 1.016 em 2019 para R$ 930 em 2021. Houve queda em todas as regiões. As trabalhadoras sem carteira

ganharam 40% a menos do que as com carteira. Já as negras receberam 20% a menos do que as não negras.

Os dados das mulheres no mundo do trabalho exercendo atividades domésticas remuneradas são um balizador para a sociedade, uma vez que estas são naturalizadas como se fossem atividades femininas e não exigem escolaridade definida. Além disso, no Brasil elas podem remeter ao passado escravagista, que pode estar cravado até na arquitetura das casas em que as trabalhadoras residem em seus pequenos quartos apartados. Em 2018 o mercado de imóveis de Portugal passou a fazer residências com a chamada dependência completa de empregada para atender a demanda de famílias ricas brasileiras que migraram para o país, levando consigo a trabalhadora que reside com a família (R7, 2018; Revista Fórum, 2019), o que não é comum para as famílias lusitanas.

Nesta linha, os dados sobre o trabalho doméstico remunerado auxiliam na ilustração dos avanços e recuos da nossa sociedade para a igualdade de gênero e raça. Pesquisa qualitativa realizada por Santos (2010) apresentou resultados que mostram a conexão entre classe, raça e gênero no trabalho doméstico, com especial ênfase na enorme desigualdade de classe.

Kimberlé Crenshaw (2002), em um documento, que não é necessariamente um texto acadêmico, se identifica como uma mulher negra e apresenta as discriminações sofridas por ela – assim como por todas as mulheres negras – refletindo sobre os chamados efeitos interativos das discriminações de raça e gênero. Ela defende que os direitos humanos como tal não conseguem, por si só, garantir os direitos de mulheres negras, já que a universalização destes direitos se refere à experiência dos homens.

Já Adriana Piscitelli (2007), em um estudo sobre migrantes brasileiras na Espanha, expõe o conceito de interseccionalidade, já discutido por Crenshaw (2002). Um exemplo é a abordagem da interseccionalidade entre gênero e raça. A autora descreve como as mulheres brasileiras são vistas como mestiças, ao passo que Crenshaw explica em seu texto que "a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens" (2002, p.173). Piscitelli (2007) segue explicando que por vezes as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são obscurecidas em categorias mais amplas de raça ou gênero, referindo-se ainda sobre a marginalização de mulheres de determinados grupos. Dialogando ainda com a questão das migrantes, ela expõe que "as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram" (p.177).

Esse ciclo que associa às mulheres ao trabalho reprodutivo e aos cuidados garante a continuidade das desigualdades e a ideologia da divisão sexual do trabalho – inclusive em casa, pois pretende garantir a divisão que dá aos homens o espaço público e às mulheres o espaço privado. Nesta questão entre público e privado, concordamos com as teóricas feministas que associam a divisão sexual do trabalho à forma de funcionamento do capitalismo, uma vez que este sistema de produção e reprodução da vida em sociedade força e naturaliza as condições em que as mulheres realizam o trabalho reprodutivo

não remunerado no espaço privado, como se esta fosse uma atribuição inerente à existência feminina. Os trabalhos domésticos não são organizados no ambiente doméstico concebidos como trabalho, mas como atividade afetiva, de amor, de cuidados, a ser realizada "naturalmente" pelas mulheres. Isso ocorre sobrecarregando mulheres em diferentes montas, sobretudo de acordo com sua classe social, que vai determinar a possibilidade de terceirizar/externalizar parte do trabalho doméstico a outras mulheres, sejam elas do círculo familiar ou aquelas mais pobres, que necessitam trabalhar.

Para a resolução do imbróglio do trabalho doméstico no espaço produtivo existem diversos debates. Muitos deles julgam que a divisão do trabalho doméstico entre as pessoas da família seria a melhor solução para diminuir a sobrecarga de trabalho das mulheres. Dessa forma, as pessoas que vivem na casa seriam responsáveis pela manutenção do espaço de acordo com suas possibilidades, distribuindo tarefas inclusive para as crianças de acordo com idades e capacidades. A princípio esta questão é importante. Dominique Fougeyroullas-Schwebel (2009, p.260) ressalta que "poucas mulheres, qualquer que seja a sua condição social, escapam do trabalho doméstico", remetendo ao pensamento de Cristine Delphy para afirmar que "a família permanece o lugar de uma exploração econômica das mulheres". Porém, já existem estudos que demonstram que, ainda que as tarefas sejam divididas no espaço privado, são as mulheres quem organizam mentalmente e distribuem este trabalho. Portanto, mesmo não realizando toda a atividade sozinha, as mulheres ainda se sobrecarregam mental e emocionalmente ao ter que ensinar, pedir, monitorar, dividir e cobrar a realização de todas as tarefas para o bom funcionamento da casa.

Fougeyroullas-Schwebel (2009, p.259) explica que o trabalho doméstico não se resume a um simples fazer, já que envolve dimensões intelectuais e mentais que levaram Monique Haicault (1984) a desenvolver o conceito de carga mental. Ou seja, a naturalização de que o trabalho doméstico deve ser realizado por mulheres é tão intensa que, mesmo quando há tentativas – inclusive mediadas pelo capitalismo – para a divisão de tarefas, a mulher segue sobrecarregada. Isso ocorre porque "o modo de produção regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens, como pequenas produções mercantis" (FOUGEYROULLAS-SCHWEBEL, 2009, p.257).

Em uma perspectiva revolucionária, de ruptura com a ordem capitalista, para mudanças realmente efetivas dessa questão, defendemos outro caminho. Começamos explicando que esta teia de trabalho reprodutivo, realizado no espaço privado, tem como beneficiário direto o capitalismo, já que estamos falando de trabalho não pago. Vejamos: se este trabalho fosse remunerado, pois cria/possibilita as condições para que o trabalho no espaço público possa ser realizado pela classe trabalhadora, teríamos aqui uma parte do lucro dos capitalistas se esvaindo. Defendemos, portanto, que o trabalho reprodutivo realizado no espaço privado, sob a justificativa de "amor", seja remunerado. E que este trabalho, tanto quanto seja possível, não seja realizado no espaço privado ou pelas próprias mulheres da casa. Para isso, a existência de lavanderias, escolas, creches e restaurantes coletivos e públicos seriam de suma importância para livrar as mulheres das obrigações não remuneradas e que são realizadas sob o pretexto do "amor".

Angela Davis (2016, p.226) expõe: “invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas”. Ao abordar a vulgaridade das tarefas domésticas, reforçando que o trabalho e o esforço das mulheres no trabalho doméstico é pouco ou nada reconhecidos pela família ou pela sociedade, temos que:

> Um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas avançadas envolve a possibilidade – a real possibilidade – de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas. Uma parte substancial das incumbências domésticas das donas de casa pode ser de fato incorporada na economia industrial. Em outras palavras, as tarefas domésticas não precisam mais ser consideradas necessária e imutavelmente uma questão de caráter privado. Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia, poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo. Por que um manto de silêncio cobre essa possibilidade de redefinir radicalmente a natureza do trabalho doméstico? Porque a economia industrial é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. [...] Uma vez que, em termos de lucro, o resultado seria pequeno, a industrialização das tarefas domésticas – como todas as iniciativas que não geram lucro – é um anátema para a economia capitalista (ANGELA DAVIS, 2016, p. 226).

Na perspectiva da classe trabalhadora, Angela Davis defende que as mulheres estejam livres da obrigação social das tarefas domésticas para que possamos chegar à libertação feminina, sendo que “as trabalhadoras, portanto, tem um interesse vital e particular na luta pelo socialismo” (2017, p.244), no qual a possibilidade da industrialização das atividades domésticas é real.

Numa compreensão feminista, acreditamos que as mulheres devem ser livres para que possam ter liberdade de escolher caminhos para suas próprias vidas, que saibam explorar suas potencialidades e contribuir com a sociedade nas áreas que desejam atuar. Que possam fazer escolhas – num plano ideal –, livre de estereótipos de gênero e em um cenário de igualdade. A leitura das escolhas das mulheres carrega também o peso daquilo que é socialmente construído, por isso a ausência de mulheres em determinadas áreas não pode ser interpretada ligeiramente como se este fato fosse determinado por falta de afeição, desejo ou estima àquela área. Afinal, o nosso gosto também é socialmente construído e a nossa disposição para os enfrentamentos sociais também se baseia no conhecimento das possibilidades de adentrar ou não determinados espaços sociais.

Quando tratamos de trabalho e gênero e, portanto, da escassa presença das mulheres em determinadas áreas de formação e atuação no mundo do trabalho, estamos exibindo um reflexo da sociedade patriarcal, na qual apenas recentemente a história deixou de ser pré-história para as mulheres e, ainda assim, para poucas delas. Segundo Geda Lerner (2019, p. 261) a criação histórica do patriarcado é um processo que levou ao menos 2.550 anos para ser concluído: de 3100 a.C. a 600 a.C., quando então teria se consolidado. No início surgiu como um Estado arcaico, tendo como unidade básica de sua organiza-

ção a família patriarcal. Para a autora:

> Mulheres e homens entraram no processo histórico sob diferentes condições e passaram por ele em velocidades distintas. Se o ato de registrar, definir interpretar o passado marca a entrada do homem na história, isso ocorreu para os homens no terceiro milênio a. C. Para as mulheres (e ainda assim apenas para algumas), com notáveis exceções, ocorreu no século XIX. Até então, toda a história era Pré-História para as mulheres. (2019, p. 277)

Heleieth Saffioti (2005, p. 51), se referindo também aos estudos de Lerner e aos de outros autores, destaca o patriarcado como um sistema histórico importante do processo de dominação masculina que, segundo as evidências encontradas por Lerner, de 2.400 anos, ao somarem-se os dois períodos, temos hoje aproximadamente cinco milênios de dominação masculina. O conhecimento por parte das mulheres de sua história de lutas e conquistas é imprescindível para superar o seu processo de subordinação e, portanto, de enfrentamento do patriarcado.

Silvia Federici (2017, p.12) se propôs a "escrever a história esquecida das 'mulheres' e da reprodução na 'transição' para o capitalismo", abordando o poder patriarcal neste período.

> Observando o ponto de vista dos não assalariados – que trabalham nas cozinhas, nos campos e plantações, fora de relações contratuais, cuja exploração foi naturalizada, creditada a uma inferioridade natural – Calibã e a Bruxa desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer 'troca igualitária' dentro do capitalismo. Seu argumento é o de que o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção.

Federici (2017) analisa o processo de acumulação primitiva explicando que esta sujeitou e destruiu o poder das mulheres, produzindo hierarquias sexuais e raciais criando uma nova ordem patriarcal chamada por ela de "patriarcado do salário". Por exemplo, quando elas demoraram a ter acesso a educação institucional, nos referimos a um sistema estruturante expresso no *modus operandi* do capitalismo aliado ao patriarcalismo. Ainda podemos acrescentar a este cenário o racismo que impede mulheres negras de acessar áreas de trabalho que exijam maior capacitação formal e tecnológica, além do fato de que a cultura e a religião reforçam os estereótipos de gênero, determinando quais espaços podem ou não ser ocupados por mulheres. Num movimento ainda mais ardiloso, associa-se a presença de mulheres em determinadas áreas a uma suposta falta de consideração à família, de estarem "provocando" situações de assédio sexual, como se o problema do assédio não fosse restrito a quem o pratica. Sobre isso, o movi-

mento feminista está sempre atento, buscando relembrar a sociedade de que a culpa sobre desrespeitos, atitudes machistas, estupros, assédios e todas as formas de violência contra a mulher é daquele que comete estes atos e não da vítima.

Da mesma forma os feminicídios que todos os dias estampam postagens na internet, capas de jornal e chamadas jornalísticas no rádio e na televisão não ocorrem porque os homens "não aceitam o fim do relacionamento". Aceitar essa justificativa é cair em simplismo. As vidas dessas mulheres são ceifadas porque elas não são respeitadas como pessoas que podem comandar suas próprias vidas, terem desejos e fazerem escolhas. Os seus algozes querem a posse permanente do corpo, do sentido e dos desejos delas e por isso cometem o feminicídio, como forma de impedir que possam ser pessoas, com vida, com vontades e sonhos a serem perseguidos. Assistimos, desde o início da pandemia, o aumento dos casos de violência doméstica e feminicídio da pandemia, sendo que em 2015 a Organização Mundial da Saúde apontou que o Brasil já apresentava a quinta maior taxa de feminicídio no mundo: 4,8 mulheres a cada 100 mil (Agência Brasil, 2017).

A divisão social do trabalho e a exclusão das mulheres trabalhadoras

A pouca participação de mulheres em determinadas áreas do mundo do trabalho reflete a sociedade patriarcal. Souza-Lobo (2011) ressalta o fato de que a classe trabalhadora é formada por homens e mulheres e as diversas consequências disso. Isso porque o mundo do trabalho já está condicionado às determinações de quais profissões devem ser taxadas de masculinas ou femininas e nos propomos a refletir sobre espaços que a sociedade (capitalista e patriarcal) insiste em dizer que não deve ser ocupado por elas.

É importante compreender as diferentes formas de opressão, as diferenças no mundo do trabalho e seus desdobramentos como desigualdade, com o propósito de modificar o cenário brasileiro, apresentado pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010), no qual os salários são decrescentes na seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Portanto, as mulheres seguem com remunerações menores que os homens e a situação das mulheres negras é ainda mais precária.

Abordamos a questão do trabalho reprodutivo e sua associação naturalizada às mulheres, apresentando que as mulheres negras ocupam boa parte desse trabalho reprodutivo, sendo mais numerosas quando são atividades com menor remuneração no mundo do trabalho, a exemplo do trabalho doméstico em suas diversas formas: trabalhadoras mensalistas e/ou residentes, babás, diaristas, etc. Letícia Parks (2020) nos alerta que o capitalismo se apropria do patriarcado e inventa o racismo, e desta forma a precarização do trabalho surge com rosto de mulher e de mulher negra, para citar Diana Assunção (2011) que confirma isso com seu estudo sobre as trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, em que é notável a preponderância de mulheres e de mulheres negras nestes postos.

Helena Hirata (2011) apresenta a categoria da consubstancialidade através de gênero, classe e raça, fazendo interface com as preocupações sobre as diferenças já apontadas por Piscitelli. E, assim como esta autora, Hirata também faz referência ao trabalho de Crenshaw, que problematiza as interseccionalidades. Hirata aponta um problema também mostrado por Piscitelli, que é a dificuldade de trabalhar com as diversas diferenças. Para tanto, a autora indica os exemplos de Kergoat, que aborda mais gênero e classe, ou da própria Crenshaw, que aborda mais gênero e raça. Hirata (2011) discorre, portanto, sobre a categoria de consubstancialidade como alternativa ao uso do conceito de interseccionalidade, ao abordar marcadores sociais de diferença que se justificam como uma categoria que apreende o método materialista histórico dialético, a partir de um entendimento da totalidade das relações sociais.

Já Letícia Parks (2020) alerta que o chamado feminismo interseccional não pode ser considerado marxista, uma vez que não explicita quem são as pessoas aliadas da classe trabalhadora. Ao defender a consubstancialidade como forma de análise das relações sociais, Parks (2020) apresenta a importância do feminismo marxista que atua de forma unificada pela classe trabalhadora, reforçando que a luta negra é a também pauta desta classe.

A divisão do trabalho está calcada em diversos marcadores de diferença, como a classe, gênero, raça e nacionalidade e é a partir desta premissa que se pretende problematizar a (não) entrada das mulheres em algumas atividades profissionais e que no Brasil há décadas vem sendo realizadas por homens. A divisão do trabalho na sociedade capitalista vem sendo debatida desde o advento do capitalismo, em especial nos estudos marxistas, sendo que autores contemporâneos seguem produzindo pesquisas que ratificam essa realidade, a exemplo de Nogueira (2010) e Antunes (2009), por exemplo.

A mulher é desvalorizada no mundo do trabalho capitalista em detrimento dos homens, sofrendo discriminação somente pelo fato de ser mulher. Além disso, a discriminação se estende também aos fatores de raça, por exemplo, caso seja negra (ou indígena) e à questão de classe, caso seja oriunda da classe trabalhadora. Por isso, é importante falar de gênero, classe e raça para estudar a divisão do trabalho, como nos aponta Hirata (2014), pois a violência e a opressão de gênero sofrida pelas mulheres transitam entre o espaço público e o espaço privado em que elas estão.

Acrescenta-se a estas questões, a construção social imposta pelo patriarcado e admitida pelo capitalismo, como por exemplo, situações em que as mães são tidas como únicas responsáveis pelos filhos/as, que se reflete na diminuição da contratação de mulheres, que viola direitos sexuais e reprodutivos, e legitima diversas formas de violência contra elas. Lembrando que a construção social que gera e reproduz as desigualdades entre homens e mulheres são desenvolvidas na infância, quando a escola, a igreja e a família já ensinam o que o menino e a menina podem ou não fazer. Elas são induzidas à falácia da fragilidade e ao serviço doméstico compulsório, enquanto o menino é estimulado a desenvolver diversas competências, com destaque para a força física.

Se a preocupação é trabalho e gênero é necessário se reportar aos motivos desta materialidade. Há uma divisão social do trabalho que se sustenta estruturalmente no capitalismo e no patriarcado. Ker-

goat (2009, p. 67) explica:

> As condições que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente divisão sexual do trabalho.

No entanto, é importante saber que a divisão social do trabalho não se inicia no capitalismo, pois se vincula a ideologia do patriarcado a qual o capitalismo foi se apropriando. O estudo de gênero é primordial para o estudo do mundo do trabalho, uma vez que a estrutura e a dinâmica social sob a batuta do capitalismo e do patriarcado não é neutra no estabelecimento das relações sociais e de trabalho. Neste sistema, a compreensão de gênero deve abarcar o estudo dos desdobramentos sociais do patriarcado, portanto os estudos de gênero devem admitir reflexões dessas implicações tanto para trabalhadores quanto para trabalhadoras. Isso porque quaisquer mudanças na estrutura e na dinâmica social do capitalismo exigem também mudança na estrutura e na dinâmica social do patriarcado.

Claudia Mazzei Nogueira (2011) aborda a divisão social do trabalho pensando nas atividades das trabalhadoras no espaço produtivo e no espaço reprodutivo e na perspectiva do trabalho duplicado e que também justifica a feminização de algumas profissões. Ao estudar sobre a feminização no mundo do trabalho, pensando a divisão sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo com mulheres trabalhadoras do telemarketing, a pesquisadora busca analisar como estas experiências podem contribuir para a emancipação na sociedade capitalista. Isso porque ela reconhece que o trabalho é fundante do ser social, apoiada nas teorias de Lukács e Marx, ao mesmo tempo em que sua pesquisa de campo, realizada com as trabalhadoras do marketing, confirmou que o trabalho, ainda que precarizado, é caminho para a emancipação; e o salário feminino, ainda que rebaixado, é fundamental para o sustento familiar, e não apenas complementar. Já Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.258) explica que "a sociedade salarial não se reduz unicamente à esfera produtiva. Elas mostram assim que o desenvolvimento do trabalho assalariado e o fortalecimento da esfera privada são dois processos concomitantes que contribuem para o processo de autonomização do indivíduo".

Laís Abramo (2010, p.23) problematiza o fato de as mulheres serem consideradas uma força de trabalho secundária e ressalta como tal questão decorre e apresenta-se inerente ao imaginário social de empresários e sindicatos:

> [...] essa inserção secundária, eventual, instável, teria como consequência, necessa-

> riamente geração de altos custos indiretos (associados à maternidade e ao cuidado infantil) e um comportamento 'pouco adequado' no trabalho, que se traduziria em altas taxas de rotatividade e absenteísmo, um 'baixo grau' de compromisso com a empresa, na impossibilidade de fazer horas extras, trabalhar em turnos noturnos e viajar, e que justificaria a exclusão das mulheres em determinados postos e funções (organizados em sistemas de turnos) e dos cargos superiores na hierarquia das empresas.

As justificativas para a não contratação de mulheres para certos cargos reforçam e reproduzem a ideologia do patriarcado e do que é esperado da mulher como ser social (MATHIEU, 2009). Ao mesmo tempo, essa secundarização da força de trabalho feminina, também vai justificar as narrativas entrecortadas da carreira de mulheres, mesmo quando estas chegam a ocupar posições de mando, como apontado por Guimarães e Georges (2009). Abramo (2010) ainda cita estudos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), da década de 1991, mostrando críticas a essas situações de desigualdade no trabalho para as mulheres.

Torna-se necessário avaliar a qualificação e a competência a partir dos estudos de sociologia do trabalho para fazer comparações de gênero, abordando também a questão da identidade profissional e como as mulheres podem estar, ou não, construindo esta identidade em atividades que socialmente são reconhecidas como ocupações masculinas, como por exemplo, a atuação profissional em Mecânica e Edificações, nosso objeto de pesquisa.

Abramo (2009, pp.44-45) afirma que "é necessário promover a transversalização do tema de gênero no conjunto das políticas públicas, o que, no seu sentido mais amplo, supõe, na maioria das vezes, incluir modificações nas políticas universais no sentido de incluir o objetivo da igualdade como um eixo estruturante".

Laís Abramo (2010, p.35) fala sobre a relevância das políticas públicas e para a institucionalização das questões de gênero, com vistas a combater a desigualdade no trabalho:

> A existência de uma institucionalidade adequada para a promoção da igualdade de gênero é chave tanto para a efetiva instalação e transversalização do tema na agenda pública, quanto para o desenvolvimento de políticas e estratégias que digam respeito não somente à melhoria de um ou outro aspecto particular da condição de vida das mulheres, mas que sejam capazes de superar concepções, mecanismos e formas institucionais que continuam relegando-as a uma posição secundarizada no trabalho e na sociedade. É necessário assinalar que esse é um processo complexo, terreno de uma disputa cultural e política; e, por isso mesmo não é linear e está sujeito a altos e baixos, idas e vindas, avanços, obstáculos e inclusive retrocessos. É um processo que envolve compromissos políticos, mas também a capacidade de desenvolver e implementar instrumentos muito concretos de monitoramento e gestão pública [...]. Envolve também a criação de mecanismos de controle social e participação popular e a capacidade de diálogo e interlocução com o movimento social organizado.

A análise de Abramo (2010) vai considerar ainda as dificuldades para as mudanças, mesmo que graduais, criticando a não incorporação de políticas de combate à desigualdade de gênero e raça de forma sistemática, inclusive com a disponibilização de dotação orçamentária. Afinal, o mundo do trabalho está permeado de desigualdades, beneficiando-se da divisão social e sexual do trabalho.

A necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero

Diante das considerações acerca da influência do patriarcado e do capitalismo nas questões de trabalho e gênero, pensar em soluções não é apenas conveniente, mas necessário. Se os direitos das mulheres sempre estão na berlinda, podendo ser atacados ou extintos a qualquer momento, sobretudo em momentos de crise, a vigilância sobre eles também precisa ser diuturna. E isso demonstra a necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero de forma constante. Obviamente a elaboração e a implantação das políticas públicas exigem avaliação constante de acordo com a leitura espacial e temporal, mas o reforço aqui é de que a igualdade de gênero e os direitos das mulheres não se tornam cláusulas pétreas.

O contexto de ataques aos direitos da classe trabalhadora e a ascensão do ódio e do fascismo caminharam lado a lado com a misoginia e a discriminação contra as mulheres (cis e trans). Analisando a conjuntura e os territórios de reprodução social das mulheres é que propomos a retomada e o avanço nas políticas públicas em momento vindouro, acreditando que o retrocesso imposto desde o golpe e consolidado pelo governo federal genocida e misógino na pessoa de Jair Bolsonaro acabará em breve.

Se o ódio foi fomentado contra a população LGBTQI+ precisaremos de políticas públicas para garantir a vida dessas pessoas, para que o sentimento coletivo de que é possível violentar ou matar alguém por sua orientação sexual ou identidade de gênero não seja mais aceito, para que haja constrangimento social e público para aquelas pessoas que cometem o crime de LGBTQIfobia.

Se os papeis atribuídos às mulheres por força do patriarcado e do racismo, submetem às mulheres à violência doméstica, aos postos de trabalho com as mais baixas remunerações e colocam as mulheres negras em maior vulnerabilidade. Precisaremos de políticas públicas de combate ao racismo, ao sexismo nos postos de trabalho, nas escolas e universidades, inclusive com a manutenção da lei de reserva de vagas nas instituições federais de ensino. Precisaremos de efetivar a Lei Maria da Penha para que as mulheres tenham segurança ao denunciar a violência.

É importante enfrentar as desigualdades do mundo do trabalho porque mesmo diante do trabalho precarizado, imposto pelo sistema capitalista, a entrada da mulher no mundo do trabalho é um fator de extrema importância para a emancipação feminina e sua formação política na luta por direitos e contra a opressão e a violência sofrida por elas. Pois, em uma sociedade capitalista, a independência financeira

auxilia para que sejam evitadas situações de submissão vinculadas a necessidades básicas.

Demonstrar que os trabalhos vinculados aos cuidados não são naturalmente femininos é urgente, de forma que o incentivo à entrada de mulheres em todas as áreas do mundo do trabalho, inclusive com a criação de reserva de vagas por gênero ajuda nesta desmistificação de estereótipos. Do mesmo modo, o Estado deve se fazer presente nas atividades domésticas não remuneradas, criando políticas públicas que auxiliem nos cuidados domiciliares com o emprego de tecnologias que auxiliem a vida das famílias e retirem das mulheres o peso das tarefas domésticas. A criação de restaurantes, lavanderias, distribuição de tecnologias para cuidado e higiene, além da garantia do direito das crianças às creches e à educação infantil são maneiras importantes de agir pela igualdade de gênero.

Um país que aceita as mulheres em todas as profissões, que garante às mães o direito de ter suas crianças seguras e bem cuidadas ao mesmo tempo em que podem exercer sua intelectualidade e capacidade reprodutiva, com possibilidade de ocupar espaços de gestão e poder, é possível.

Por fim, diante da nossa preocupação classista, todas essas ideias só podem se mover após cessar o problema da fome que tem assolado o Brasil. E para resolver o problema precisamos de ação imediata com acesso aos alimentos e garantia da segurança alimentar, com redução de preços e facilidade de acesso para todas as pessoas. E em seguida precisamos focar em maior produção de alimentos saudáveis, reeducação alimentar e políticas de emprego e renda. Afinal, todas as políticas públicas que mencionamos ser necessárias de serem criadas e/ou fortalecidas só fazem sentido se possuírem caráter integrativo com o objetivo de mudar a vida das mulheres. E quando cuidamos da vida das mulheres, criamos um país bom para todas as pessoas.

Referências

ABRAMO, Laís. Introdução. In: Organização Internacional do Trabalho. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

Agência Brasil, 27 de agosto de 2017. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo. Acesso em 15 de agosto de 2022.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSUNÇÃO, Diana. A Precarização tem Rosto de Mulher. São Paulo: Iskra, 2020.

BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 43, p. 422-451, 2013.

CAETANO, D. L. N. S. Trabalho Docente de Mulheres em Goiânia-GO. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Jan. 2002, v. 10, n.1, p. 171-188.

DAVIS, Ângela. Mulheres, Cultura e Política. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São 175 Paulo: Boitempo, 2017. Título original: Women, culture, politics.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIEESE, 2021. Trabalho doméstico no Brasil. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html. Acesso em 15 de agosto de 2022.

DUFFY, Mignon. Doing the Dirty Work: Gender, Race, and Reproductive Labor in Historical Perspective. Gender & Society, v. 21 n. 3, 2007, p. 313-336

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Título original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança [recurso eletrônico] : um reencontro com a pedagogia do oprimido / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

G1, São Paulo, 31 de agosto de 2016. Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. Política. Disponível em:https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html. Acesso em 15 de agosto de 2022.

GUIMARÃES, Nadya; GEORGES, Isabel. A construção social das trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. Cadernos Pagu, 32, 2009, p. 83-134.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT/RJ (entrevista). Mulherio, São Paulo, n. 9, p. 5, set/out. 1982.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.

IBGE. Mulher e Mercado de Trabalho: perguntas e respostas. Brasil, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 177 2011. 152 p.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 144 p.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 2. ed.

PARKS, Letícia. Mesa: a mulher negra, os feminismos e os desafios estruturais. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNEROS E INTERDISCIPLINARIDADES: A PRÁXIS DA INTERSECCIONALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE, 2020, Brasília. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8q0RtYHHuIw. Acesso em 29 mar. 2022.

PAULO NETTO, José. Introdução ao estudo do método de Marx. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64 p.

PENSSAN. VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/ Acesso em 15 de agosto de 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008. p. 263-274.

Revista Fórum, 01º de dezembro de 2019. Brasileiros ricos em Portugal exigem apartamentos com "dependências de empregados". Disponível em: https://revistaforum.com.br/brasil/2019/12/1/brasileiros-ricos-em-portugal-exigem-apartamentos-com-dependncias-de-empregados-65223.html Acesso em 15 de agosto de 2022.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018. 186 p. (Coleção Cult)

R7, 28 de março de 2018. Portugal: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. Internacional. Disponível em: https://noticias.r7.com/internacional/portugal-imoveis-ganham-quarto-de-empregada-para-agradar-brasileiros-28032018. Acesso em 15 de agosto de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: Marcadas a Ferro – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005

SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. Desigualdade e identidade no serviço doméstico: intersecções entre classe, raça e gênero. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SCHEFFER, Mário César; CASSENOTE, Alex Jones Flores. A feminização da medicina no Brasil. Revista Bioética. 2013, v. 21, n. 2, p. 268-277.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Prefácio. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. 258 p.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018. 186 p. (Coleção Cult)

VALERIANO, M.; DIAS TOSTA, T. L.; HORTA NUNES, J. (2021). Casa e trabalho: tensões e arranjos no cotidiano de trabalhadoras domésticas. Descentrada, 5(1), e133.

Notas

1 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil concluiu que a fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas, sendo que somente 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação. (PENSSAN, 2022)

2 LGBTQI+ refere-se às pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexo, assexuadas, pansexuais e de gênero neutro, ou seja, ao conjunto de pessoas que por identidade de gênero ou orientação sexual diferem-se do modelo hegemônico cis-heteronormativo.

3 Lei nº 12612, de 13 de abril de 2012.

4 Utilizamos os marcadores sociais ou marcadores sociais da diferença "numa maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia." (Lilia Schwarcz, p.11). Reafirmamos ainda que diante do fato apontado por Schwarcz (p.12) de que os estudos feministas foram importantes para a formação deste conceito, sendo que as autoras estadunidenses negras e/ou lésbicas "deram um pontapé forte na temática", dentre as quais podemos citar a comunista Angela Davis com sua obra Gênero, Raça e Classe (2016).

5 O exército industrial de reserva refere-se à ideia marxista de que "o desemprego remonta aos primórdios da existência do capitalismo", pois "cria-se uma massa de trabalhadores desocupados, sobrantes, sob a ótica dos detentores dos meios de produção" como explica Trindade (2017, p. 2). Karl Marx (1975, p.520) narra que "os trabalhadores são assim ininterruptamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para outro variando constantemente o recrutamento deles em relação ao sexo, à idade e à habilidade".

6 Tratamos amor neste artigo como sentimento bonito, de coletividade, de esperança e existente para as possibilidades de transformação social. Assim, acreditamos que é falacioso usar amor para justificar a sobrecarga de trabalho das mulheres no espaço privado, por isso utilizamos a palavra entre aspas quando ela não condiz com o que cremos que o amor seja.

7 Nossa compreensão de patriarcado ancora-se na definição trazida por Heleieth Saffioti (2005) ao citar Hartmann, compreendendo o: "... patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres" (1979, p. 232, nota 1) (2005, p.)